

Ata da primeira reunião
extraordinária do Conselho
Municipal dos Direitos da Mulher.

Ao quinto dia do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, às 10:30 horas, na sala do Serviço Social do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), reuniram-se extraordinariamente as representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Estiveram presentes: Edna Fonseca dos Santos Ventura (SMPM), Sueli Brito Barbosa (SMPM), Enequina da Conceição Carneiro (SAAP), Maria Amélia Oliveira Muniz (SAAP), Acilea S. N. Pereira (SEMUS), Tairine S. Faustino de Souza (SEDES), Maria Elizabeth dos Santos Dallo (Pastoral da Criança), Eurami Moraes Reis (FETESPUSULMA) e Conceição de Maria Amorim (CDDHPJ). A pauta desta reunião extraordinária foi a construção da Casa da Mulher Maranhense pelo governo do estado, a ser instalada no Bairro Vila Nova. Conceição Amorim, presidente do CMDM fez uma apresentação do histórico de luta do movimento de mulheres pela implantação da Casas da Mulher Maranhense. Retomou sobre a vinda da então secretária de estado da mulher Terezinha Fernandes quando foi sugerido alguns espaços para o funcionamento da Casa em Imperatriz, a saber: o prédio onde atualmente funciona o Fórum, já que na época o TJMA estava construindo outro prédio, a Escola Estado de Goiás e o terreno que fica localizado em frente ao Fórum de Justiça. A equipe da Secretária Terezinha comunicou na época que os locais eram inviáveis e posteriormente oficiaram via redes sociais que a Casa seria construída na Vila Nova. Nas épocas representantes dos movimentos elencaram vários inconvenientes dessa proposta que foram rebatidos por representantes do governo. Não se falou mais nada sobre o assunto com os movimentos sociais, no entanto continuaram discutindo o projeto com a Rede de Atendimento a Mulher Vivendo em Situação de Violência e agora dia 02 de julho em reunião com a Rede, a Secretária Estadual da Mulher e o representante da AGEMSUL Sr. Frederico, rerepresentaram uma nova planta baixa para reavaliação dos serviços e instituições que se mudaram para o prédio, sendo elas, a Delegacia da Especializada da Mulher - DEM, o Centro de Referência e Atendimento a Mulher - CRAM, a Vara da Mulher, a Promotoria da Mulher, a Defensoria Pública Estadual. A presidente do Conselho explicou que os motivos que levam os movimentos de mulheres de Imperatriz, articulados no Fórum de Mulheres a questionar a saída dos serviços do centro da cidade para o bairro da vila nova na época se mantém, entre eles destaca-se o fato da dificuldade que é para toda a população se deslocar de um bairro para outro em função da ausência de transporte coletivo, restando às alternativas de mototáxi, taxi e UBER transportes muito caro para a maioria da população, em especial as mulheres. A impossibilidade de uso de lotação já que esse transporte só funciona dos bairros para o centro, a dificuldade para as mulheres que moram na região que precisa descer do transporte coletivo na Babaçulândia e fazer o trajeto da Rua São Sebastião a pé, uma rua deserta com pouca movimentação e com terrenos baldios cheios de matagal, terrenos



Maria Elizabeth



inclusive do estado, além do aumento do custo para chegar ao local tem um fator determinante para as mulheres o tempo de deslocamento junto com o tempo gasto no atendimento nos serviços aumentará substancialmente, impedindo que as mulheres que trabalham acessem menos ainda os serviços e as que saem de casa "escondidas dos parceiros" fiquem impossibilitadas de fazer o atendimento dentro do tempo que elas tem disponível. A assistência sistemática do CRAM ficará seriamente prejudicada especialmente para as mulheres que utilizam seu horário de almoço para serem atendidas e para as que utilizam a desculpa de vir ao comercio ou outros serviços e espaços que existem no centro da cidade. Foi consenso entre as conselheiras que haverá uma diminuição considerável de denúncias e registros de ocorrência na DEM, conseqüentemente em todos os outros serviços.

Houve por parte das conselheiras acordo sobre os problemas de acesso aos serviços no bairro por parte da maioria das moradoras da cidade, assim como a compreensão de ser necessário instituir os serviços na região proposta para atender a população do outro lado da Br 010, mantendo os serviços existentes e funcionando há mais de 10 anos no Centro da cidade especialmente a DEM e o CRAM.

A Secretária Municipal de Política para a Mulher Edna Ventura, informou com mais detalhes sobre a reunião realizada na AGEMSUL entre as representantes dos serviços da Rede de Atendimento e do governo do estado, que contou com a participação da atual secretária de estado da mulher Sra. Ana Mendonça, ocasião em foi passado mais uma vez aos presentes à planta da Casa para possíveis mudanças por parte dos serviços envolvidos. Informou ainda que a posição das equipes do CRAM e da Secretaria Municipal da Mulher é contrária a ida para o espaço, por entenderem que todas as questões levantadas anteriormente são reais e que o CRAM será seriamente prejudicado na assistência e cuidado com as vitimas.

Após várias falas e ponderações as Conselheiras votaram por unanimidade que os serviços de atendimento a mulher vivendo em situação de violência doméstica e familiar do centro não devem ser deslocados para o bairro da vila nova.

Sem mais nada a tratar a presidente encerrou a reunião informando que oficializará a posição do conselho junto aos Serviços da Rede, ao Governo do Estado do Maranhão e ao Poder publico municipal, na oportunidade solicitou a Secretária Edna Ventura que tentasse saber de quem é o terreno enfrente ao Fórum de Justiça para tentar negociação daquele espaço ser a alternativa real para a construção da casa da mulher maranhense. Eu Sueli Brito Barbosa Lavrei essa ata que após a leitura da mesma será assinada por todas as participantes da reunião. Imperatriz- Ma 06 de julho de 2019.

Sueli Brito Barbosa

Eurama Moraes Reis

Maria Elizabeth dos Santos Dalbo

Conceição Araújo

Cairine Sílvia Faustino de Souza

Edna F. S. Ventura

Emédina da Conceição Camargo